

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 8



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

Senhores Acionistas: A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sob o regime de competência. O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **Mensagem da Administração:** Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência das operações prestadas, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo Ecopistas. Ao longo de mais de duas décadas de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu maior fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125). Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3º melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre as Rodovias. A Companhia ressalta que, ao conquistar o reconhecimento, o compromisso e o comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 82.079 mil em 2021, aumento de 11,8% em relação a 2020. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 12,0% devido à flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19. O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 11,5% influenciado pela retomada da produção industrial. Em junho de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a postergação, em 4 meses, da atualização contratual anual das tarifas de pedágio para as rodovias estaduais paulistas que estava prevista para ser aplicada em 01 de julho, incluindo a Ecopistas. Em 30 de outubro, foi publicado no Diário Oficial do

Relatório da Administração 2021

Estado de São Paulo a aprovação do reajuste das tarifas de pedágio com aumento de 1,9% referente a variação do IPC-A, que passou a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020. Em julho de 2021, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Ecopistas com aumento de 8,1% em função da variação do IPC-A. **Resultados Econômicos e Financeiros - Receita Bruta:** A receita bruta totalizou R\$393,5 milhões em 2021, aumento de 22,3% em relação ao ano anterior, devido, principalmente ao crescimento do tráfego de veículos, reajuste tarifário e aumento nas receitas de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$29,3 milhões, 17,4% superior a 2020. **Receita de Pedágio:** R\$325,8 milhões em 2021, aumento de 17,6%, devido ao crescimento do volume de tráfego de veículos em função da flexibilização das medidas de isolamento social. **Receita Acessória:** R\$21,2 milhões em 2021, aumento de 9,2%, em função dos contratos de receita com fibra ótica. **Receita de Construção:** R\$55,7 milhões em 2021, aumento de 65,0%, devido às obras contratuais realizadas no período. Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 22 da Demonstração Financeira da Companhia. **Receita Líquida:** A receita líquida atingiu R\$364,2 milhões em 2021. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$308,6 milhões, aumento de 17,3% em relação a 2020. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$215,7 milhões em 2021, aumento de 21,1% em relação a 2020. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$105,6 milhões, aumento de 17,1%. As principais variações foram: **Pessoal:** R\$28,3 milhões em 2021, aumento de R\$3,7 milhões (+15,3%), devido principalmente ao reajuste salarial anual, aumento nos custos com transporte devido ao retorno das atividades presenciais. Adicionalmente, o custo com alimentação, devido ao adesão ao PCCR nº 14/2020 em que houve redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020. **Conservação e Manutenção:** R\$8,6 milhões em 2021, aumento de R\$1,5 milhões, em função principalmente dos custos com serviços de limpeza manual e materiais de conservação. **Serviços de terceiros:** R\$50,0 milhões em 2021, aumento de R\$ 5,5 milhões (+12,3%), incremento devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$6,8 milhões em 2021, aumento de 11,3%, em função do aumento da parcela variável ao Poder Concedente devido ao maior volume de tráfego de veículos. **Outros:** R\$12,0 milhões em 2021, aumento de R\$3,9 milhões (+49,2%), impactado pelo registro de provisões para pagamento de multas ao órgão regulador. **Depreciação e Amortização:** R\$47,9 milhões em 2021, aumento de 43,8%, devido à atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis. **Provisão para manutenção:** R\$6,5 milhões em 2021, redução de 68,7%, devido a adequação do cronograma de obras. **Custo de construção de obras:** R\$55,7 milhões em 2021, aumento de 65,0%, em função do cronograma de obras do período. Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

Balanco Patrimonial levantado em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	65.488	26.233
Aplicações financeiras.....	6	4.130	954
Aplicações financeiras - conta reserva.....	8	21.686	16.904
Clientes.....	-	522	-
Tributos a recuperar.....	-	655	-
Despesas antecipadas.....	710	-	622
Partes relacionadas.....	16	7.996	47
Outros créditos.....	-	147.863	90.728
Total do ativo circulante.....	-	-	-
Não Circulante			
Tributos diferidos.....	12.a)	-	2.489
Depósitos judiciais.....	9	26.061	25.668
Imobilizado.....	10	15.283	9.308
Intangível.....	11	1.468.627	1.438.030
Total do ativo não circulante.....	-	1.509.951	1.476.495
Total do Ativo.....	-	1.657.814	1.567.223

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
Fornecedores.....	13	8.349	6.013
Empréstimos e financiamentos.....	13	13.063	23.792
Partes relacionadas.....	14	106.588	144.673
Arrendamentos a pagar.....	15	2.358	688
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	5	5.182	4.224
Obrigações sociais e trabalhistas.....	16	3.886	3.490
Partes relacionadas.....	16	4.961	27.472
Obrigações com Poder Concedente.....	19	507	442
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	12.c)	861	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.....	21	12.224	8.136
Provisão para manutenção.....	17	22.326	36.569
Provisão para construção de obras.....	18	4.242	337
Outras contas a pagar.....	-	705	1.000
Total do passivo circulante.....	-	185.246	256.942
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos.....	13	19.490	30.506
Debêntures.....	14	384.900	456.410
Arrendamentos a pagar.....	15	152	176
Partes relacionadas.....	16	163.597	156.172
Tributos diferidos.....	12.a)	4.653	-
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas.....	20	22.218	5.339
Provisão para manutenção.....	17	25.409	35.519
Provisão para construção de obras.....	18	4.062	-
Outras contas a pagar.....	-	5.037	4.514
Total do passivo não circulante.....	-	625.316	692.698
Patrimônio Líquido			
Capital social.....	21.a)	687.665	500.165
Reserva de lucros - legal.....	21.b)	15.338	12.579
Reserva de lucros - orçamentário de capital.....	21.c)	143.763	104.453
Reserva de capital - plano de opção de capital.....	-	847.252	617.683
Total do patrimônio líquido.....	-	1.657.814	1.567.223
Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros	
	Subscrito	Plano de opção com base em ações	Legal	de Orçamento	acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2019.....	496.455	486	10.663	82.405	590.009
Capitulação de orçamento de capital.....	3.710	-	-	(3.710)	-
Dividendos pagos (R\$0,003 por ação).....	-	-	-	(1.545)	(1.545)
Lucro líquido do período.....	-	-	-	38.320	38.320
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	1.916	(1.916)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,01 por ação).....	-	-	-	(6.435)	(6.435)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01 por ação).....	-	-	-	(2.666)	(2.666)
Constituição de reserva - orçamento de capital.....	-	-	27.303	(27.303)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020.....	500.165	486	12.579	61.683	617.683
Aumento de capital.....	187.500	-	-	-	187.500
Lucro líquido do período.....	-	-	-	55.172	55.172
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	2.759	(2.759)	-
Juros sobre capital próprio (R\$0,01 por ação).....	-	-	-	(5.862)	(5.862)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01 por ação).....	-	-	-	(7.241)	(7.241)
Constituição de reserva - orçamento de capital.....	-	-	39.310	(39.310)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021.....	687.665	486	15.338	143.763	847.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 27 de abril de 2009, e tem por objeto social, sob regime de concessão, a exploração, mediante a percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do Contrato de Concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, assinado em 17 de junho de 2009, possui prazo final em 18 de junho de 2039. As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento, por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados na moeda de principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando as mesmas foram parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao valor justo por meio do resultado não reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, seja o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do ativo principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida a alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 24). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de que os fluxos de caixa dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial, são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do ativo principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida a alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 24). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de que os fluxos de caixa dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial, são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando não reconheçam a redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i

PUBLICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 10

23. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	28.271	24.524
Conservação e manutenção	8.568	7.053
Serviços de terceiros (*)	50.034	44.536
Juros sobre debêntures privadas	1.371	1.312
Juros sobre debêntures privadas (vide Nota Explicativa nº 19)	5.068	4.320
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	6.527	20.841
Custo de construção de obras	55.659	33.730
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 10 e 11)	47.873	33.297
Locação de imóveis e máquinas	3.931	3.931
Outros custos e despesas operacionais	11.971	8.025
	215.673	178.091

Classificados como:
Custo dos serviços prestados 192.789 157.448
Despesas gerais e administrativas 215.673 178.091

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e serviços, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

24. Resultado Financeiro

Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.348	2.554
Variação monetária sobre créditos fiscais	24	20
Outras receitas financeiras	35	200
	3.407	2.780
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(15.150)	(23.433)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.320)	(5.538)
Juros sobre debêntures privadas	(16.153)	(9.879)
Variação monetária sobre debêntures	(17.384)	(11.858)
Amortização de custos das debêntures	(1.143)	(1.320)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.651)	(840)
Aluguel à valor presente sobre provisão para manutenção	(8)	(7)
Juros capitalizados	1.961	696
Juros sobre contrato de mútuo	(8.735)	(6.034)
Juros sobre arrendamentos CPC 06 (R2)	(70)	(103)
Pis/Confins sobre outras receitas financeiras	(188)	(300)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(110)	(509)
Outras despesas financeiras	(239)	(189)
	(71.913)	(67.107)

• Continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p>	
<p>Porque é um PAA</p> <p>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 22)</p> <p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Como o assunto foi conduzido</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.</p> <p>Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.</p> <p>Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.</p> <p>Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>



<p>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.463.879 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.</p> <p>A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.</p> <p>Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.</p> <p>Avallamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>
---	--

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA: A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://diariodenoticias.com.br/index.php/pl/newspaper>